

Comércio demitiu 8 mil desde a adoção da URV

O comércio varejista de Brasília demitiu oito mil funcionários desde a implantação da URV, em março. Desses 1.175 empregados perderam o emprego em maio em função do alto custo do vale-transporte, que representou cerca de CR\$ 91 mil por funcionário. A maioria dos comerciários recebe um salário-mínimo, no valor de CR\$ 131 mil e os empresários alegam não poder arcar mais com o custo extra de 70% sobre esse valor — referente aos gastos com

transporte.

Os empresários varejistas reclamam que além de deficiente o transporte urbano em Brasília é o mais caro de todas as capitais. “A tendência será de demitir ainda mais até a entrada do real, porque haverá três aumentos nas passagens até 1º de julho”, lamenta Lázaro Marques, presidente do Sindicato do Comércio. O problema, segundo ele, tem afetado as empresas há muito tempo, mas após a implantação da URV as

vendas caíram e as empresas começaram a enxugar a folha de pagamento.

No mês de março, as vendas caíram 35% em relação a fevereiro, considerado um mês ruim para o comércio. Em abril, a queda aumentou para 52% e, impulsionado pelo Dia das Mães — segunda melhor data para o comércio —, baixou para 47%. A previsão para este mês é de uma pequena recuperação, mas Lázaro Marques

afirma que se as vendas não chegarem a pelo menos 75% do que foi registrado em fevereiro, as demissões devem prosseguir. “Estamos confiantes no aumento do consumo depois do real. Do contrário, além das demissões, pequenas empresas poderão ir à falência”, lembrou.

Lotes — Os empresários do Guarã querem mais lotes industriais e comerciais. Pedido nesse sentido foi feito ontem pela Associação

Comercial e Industrial do Guarã à Secretaria de Indústria e Comércio, em reunião no auditório da Administração Regional, que contou com a participação do chefe de gabinete, Alexandre Costa Ayres, representando o secretário, Adonias dos Reis Santiago.

Na ocasião, Alexandre Ayres reafirmou que a Secretaria de Indústria e Comércio está fazendo um levantamento das necessidades de terrenos em cada cidade-satélite. Informou também que

nos próximos dias será criado o Cadastro de Demanda de Incentivo Econômico com a finalidade de facilitar o planejamento do desenvolvimento econômico e a geração de empregos no DF.

A Secretaria de Indústria e Comércio, segundo Alexandre, fixou também, através de portaria, os critérios para a concessão de incentivo econômico (terreno) aos empresários que participam do Programa de Desenvolvimento Econômico (Prodecon).